



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

30ª SESSÃO SOLENE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

OBJETIVO: Entrega de Homenagem à Rede Lilás, Rede de
Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a
Mulher

EM: 27.11.23

INÍCIO: 15h

PRESIDENTE: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

A SRA. MEIRY SANTOS (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, boa tarde. É com grande satisfação que os recebemos nesta Sessão Solene para entrega de homenagens à Rede Lilás, Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à sociedade rondoniense, após aprovação em plenário de Requerimento da Excelentíssima Deputada Estadual Cláudia de Jesus. Sejam todos bem-vindos.

Para darmos início a esta solenidade, vamos convidar para compor a nossa Mesa de Honra a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus, proponente desta Sessão Solene.

O Excelentíssimo Desembargador Álvaro Kálix Ferro, Coordenador da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência, do Tribunal de Justiça de Rondônia.

O Excelentíssimo Promotor de Justiça Julian Farago, neste ato representando o Ministério Público do Estado de Rondônia.

O Excelentíssimo Coronel Gilvander Gregório de Lima, Diretor-Geral da Agevisa (Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia).

A Senhora Sandreia Costa, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, na Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Social - SEAS.

A Excelentíssima Senhora Amanda Levy, delegada titular da Delegacia Especializada da Mulher.

A Senhora Rosimar Francelino Maciel, coordenadora da Rede Lilás do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

A Senhora Benedita Nascimento, representando neste ato o grupo Levante Feminista contra o Femicídio e Fórum Popular de Mulheres;

A senhora Mara Regina Valverde, representando o Fórum Popular de Mulheres/FENALE (Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal);

Ainda de pé, convido a Excelentíssima Deputada Estadual Cláudia de Jesus para fazer a abertura oficial da solenidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Muito boa tarde a todas e todos os presentes. Sejam todos muito bem-vindos a esta Casa de Leis. Cumprimento a todas as autoridades da Mesa, sejam também muito bem-vindos a esta Casa.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Sessão Solene para entrega de homenagens à Rede Lilás, Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à sociedade rondoniense.

A SRA. MEIRY SANTOS (Mestre de Cerimônias) - Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Céus de Rondônia (Letra de Joaquim Araújo Lima, e Música do Doutor José de Mello e Silva).

(Execução do Hino "Céus de Rondônia")

Podemos todos nos acomodar.

Registro e agradeço a presença da senhora Patrícia Oliveira, da Coordenadoria Materno-infantil da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU.

Agradecemos também a presença da Excelentíssima Senhora Dra. Adriana Parente DE Souza Costa, Delegada de Polícia Civil, do Departamento de Flagrantes, do Estado de Rondônia.

Registramos e agradecemos também a presença da senhora Rosa Negra Ferreira, Coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), no Sintero.

Agradecemos e registramos a presença da senhora Khristiane Cabral Costa, Presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de Rondônia.

Convidamos, neste momento, a senhora Izabela Lima para fazer uma apresentação musical e abrilhantar este evento.

(Apresentação musical)

A SRA. IZABELA LIMA - Quem mata uma mulher, mata a humanidade.

A SRA. MEIRY SANTOS (Mestre de Cerimônias) - Passo, neste momento, a palavra à Excelentíssima Deputada Estadual Cláudia de Jesus.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mais uma vez quero saudar todos e todas aqui presente. É uma grande alegria ter vocês aqui hoje, para que a gente possa conceder essa singela homenagem por esse trabalho tão importante que é desenvolvido através dessa frente, dessa rede em nosso Estado de Rondônia.

Eu quero aqui cumprimentar os membros da Mesa. Excelentíssimo Desembargador Álvaro Kálix Ferro, Coordenador da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência - TJRO. Quero também cumprimentar o Excelentíssimo Promotor de Justiça Julian Farago, neste ato representando o Ministério Público do Estado de Rondônia.

Quero também cumprimentar o Excelentíssimo Coronel Gilvander Gregório de Lima, Diretor-Geral da Agevisa. Quero aqui também cumprimentar a Senhora Sandreia Costa,

Presidente do Conselho Estadual de Direto da Mulher (CEDM), na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEAS.

Quero também aqui fazer o cumprimento à Excelentíssima Senhora Amanda Levy, Delegada Titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM). Também quero aqui fazer o cumprimento à Senhora Rosimar Francelino Maciel, que é Coordenadora da Rede Lilás; e também Mara Valverde, representando o Fórum Popular de Mulheres e Diretoria de Valorização da Mulher da Fenale.

Sintam-se todos cumprimentados e abraçados.

Para mim é motivo de muita honra poder ser a proponente desta singela homenagem, reconhecendo esse trabalho importante da Rede Lilás em nosso Estado de Rondônia. Como mulher e ocupar um espaço, hoje, dentro de uma Assembleia Legislativa, ser uma agente política neste Estado, a gente precisa estar muito ligada ao que acontece em nosso Estado. Infelizmente, os dados não são bonitos. É triste. A gente precisa tomar medidas.

E, especialmente, nesses 21 dias de ativismo, fazer nesta Casa um ato como este é, principalmente, dar visibilidade a uma rede que tem feito um trabalho importante neste Estado de Rondônia, fazendo o combate, o enfrentamento às situações tão tristes que as mulheres deste Estado têm vivido, aos diversos tipos de violência, especialmente ao feminicídio. É muito triste quando a gente vê as nossas irmãs, as nossas amigas e até mesmo as que estão distantes, que a gente não conhece, sendo mortas.

Teve uma época, eu me lembro, em que a gente assistia ao jornal lá de fora, tantas mulheres morrendo, tantas coisas acontecendo, mas a gente via isso muito distante. E hoje, infelizmente, a gente sabe quem são as vítimas, a gente sabe os endereços, a gente sabe os nomes, são as nossas amigas,

as nossas irmãs. Então, como mulher nós precisamos a cada dia nos unir mais para que a gente possa fazer o debate, termos diversos espaços de poder e de decisão para que a gente possa combater essa triste realidade.

Não é uma missão fácil. Infelizmente, são poucos que tem entendimento do que está acontecendo. Eu sempre digo que é um discurso muito bonito falar sobre a mulher, a nossa significância para a sociedade, falar da violência que, infelizmente, com os dados horríveis que tem neste Estado, discursos importantes, que as pessoas, a gente tem sensibilidade e se compadece muito, mas o que a gente quer são ações concretas. Chega! A gente não quer só falácia. Isso é o que a gente vive muito nesse tempo.

Retrato disso também, de tantas violências, das diversas violências que nós vivemos é a nossa representatividade, pífia, infelizmente. Fico feliz de estar aqui, mas, ao mesmo tempo, triste, porque nós só temos 5 mulheres dentro desta Casa. Esta Casa legislativa, por onde passam as decisões sobre as nossas vidas. É aqui, é neste espaço de poder que são tomadas as decisões sobre as nossas vidas.

E aí, eu sempre falo nas minhas andanças, na minha simplicidade, no meio jeito de ser, a minha preocupação de nós não estarmos nesse espaço de poder, nas câmaras municipais.

Eu fui vereadora de Ji-Paraná. Eu sou de Ji-Paraná. E lá a gente fez um trabalho importante. A gente permitiu às pessoas virem no nosso mandato, trazerem proposições. Lá a gente começou a lei da violência obstétrica. Acredito que seja o primeiro município do Estado de Rondônia que tem uma lei, hoje, em vigência, sobre a questão da violência obstétrica.

A gente fez uma abertura importante lá e fizemos a discussão coletiva, que não veio do nosso mandato. Ela veio de uma discussão popular que saiu de dentro da universidade, porque lá dentro haviam mulheres que estavam morrendo, que tinham perdido seus filhos por conta de viver violência.

Então, quer dizer, em diversos estados da nossa sociedade, a gente passa por essas situações lamentáveis. Então, hoje, é reconhecer quem luta, quem, todos os dias se dedica. Há tantos ativistas, há tantas mulheres ativistas que hoje fazem essa luta. Enfim, que estão envolvidas nesta causa, a gente precisa realmente reconhecer e também chamar atenção de quem tem, de fato, o poder de tomar decisões, para que olhe ao que está acontecendo neste Estado, para que, realmente, a gente possa ter políticas públicas voltadas para nós, mulheres. Para que as nossas irmãs vivam. Vivam com dignidade, sem violência. Porque é esse mundo que nós queremos, não é, de oportunidades.

E, até quando a gente fala da nossa participação dentro desses espaços, nós somos uma maioria de uma sociedade. Por que o nosso Estado, hoje, está passando por isso? É um dos Estados que está no ranking, que está quase que à frente, em primeiro, na questão da violência. E as políticas públicas não estão acontecendo, porque, de fato, está faltando um olhar comprometido para nós. Isso de fato não está sensibilizando quem realmente tem essas condições de fazer mudança.

Então, a situação é muito séria, muito séria. Precisamos nos unir cada dia mais, fortalecer um debate muito mais ampliado, hoje, no que se trata de orçamento. Porque a gente sabe que para que isso chegue lá na base, para que isso chegue na periferia, chegue lá nas mulheres que estão lá na ponta, a gente precisa de muito, muito mais vontade nessa causa; e de muito orçamento para que as coisas, de fato

aconteçam. Porque nós aqui, a gente está bem inteirado. A gente sabe muito bem o que precisa ser feito.

Mas, nesse processo, hoje, dessa rede de enfrentamento, a gente precisa trazer mais pessoas para cá; a gente precisa chegar mais longe. A gente precisa atender a tantas mulheres, que neste momento, estão sofrendo e que não têm alternativa. Precisam viver junto com o agressor porque não têm condições; porque, às vezes, quando elas recorrem ao município, seja lá onde ela vai, ela não tem um apoio. Às vezes é aquela humilhação para conseguir uma ajuda, para poder ir aonde estão os seus familiares. A situação é muito triste.

Então, acho que quando a gente se junta aqui é para a gente pensar que mesmo com tanta boa vontade que a gente tem, a gente tem feito praticamente quase nada. A gente tem muito a fazer. Só que a culpa também não é só da gente. A culpa é de toda uma sociedade que olha com descaso, que olha com desdém para as nossas pautas. A igualdade é necessária, mas é preciso ter um olhar diferenciado, principalmente em uma sociedade onde se defende "armar macho" todos os dias.

E quem são as vítimas desses "machos"? Somos nós. São as nossas vidas. Então, a gente precisa rever muitas e muitas coisas. E aí eu sempre olho aqui a gente – eu participo da Comissão de Mulher, que trata também as pautas das crianças – e nós somos mulheres, nós temos filhos. Então, para que a gente tenha dignidade, para que a gente possa trabalhar com tranquilidade, a gente precisa ter um lugar seguro para os nossos filhos.

Quando a gente vê os dados alarmantes de abuso sexual às nossas crianças, isso é um retrato de falta de políticas públicas; falta creche para os nossos filhos. Uma criança que está na creche, que tem um atendimento, tem os seus

direitos garantidos, ela jamais vai ter problema, jamais ela vai ter aí a sua dignidade violada.

Então, a gente precisa fazer esse debate de uma forma muito grandiosa. Faltam muitas coisas. As inserções em um PPA (Plano Plurianual), não é? A gente tem feito algumas discussões, mas ele está distante. As pautas, hoje, em nível federal, também. Eu quero compartilhar com vocês, eu estive em Brasília recentemente, onde eu presenciei, de certa forma, uma cena muito triste, porque eu não gostaria de ver o governo funcionava a lei daquela, mas que faz necessário.

E aí, só faz isso quem realmente se coloca no lugar de uma mulher, de uma mãe e de uma criança que fica órfã, que perde a sua mãe pelo feminicídio. E eu tive o prazer de estar naquele momento, de participar. A sanção dessa lei hoje, dos órfãos do feminicídio, já foi sancionada pelo Presidente Lula, é uma lei da Deputada Maria do Rosário. Isso é fato, é realidade. Quantas crianças hoje são, de fato, órfãs desassistidas, sem políticas públicas, sem ter sua dignidade, porque não há esse acolhimento. Falta muita coisa.

Então, eu, hoje, parablenizo vocês pela força que têm tido até aqui. São 13 anos de constituição dessa rede. Eu tenho certeza que muitas lutas aconteceram até aqui. A gente que fica lá embaixo, no interior, às vezes a gente não consegue acompanhar tudo, mas a gente sabe do grande empenho e sabemos do grande desafio que essa capital tem. Eu sempre pego os dados, eu sempre ouço alguns colegas que trabalham na área da segurança, e tem coisas absurdas. Então a gente sabe que lá embaixo a situação para nós é difícil, mas aqui a situação é muito delicada e que, realmente, precisa-se estar muito sintonizado, mas a gente também precisa tentar cada dia levar mais e mais para lá.

Eu sei que vocês já têm feito isso, mas aquilo que a gente puder contribuir lá no Município de Ji-Paraná, nos demais municípios do nosso Estado, fazer essa articulação para que essa rede se amplie, para que a gente possa ter as nossas delegacias funcionando em todos os municípios; para que a gente possa ter o direito de ter mais creches para nossas crianças; para que a gente possa ter direito das mulheres entrarem no mercado de trabalho, de terem qualificação, mas também para que a gente possa ter mais mulheres na política.

E aí eu acho que a rede também tem esse papel. Porque combater a violência é também ter mulheres nos espaços de poder para que a gente possa levar nossas pautas, para que essa realidade mude, para que os nossos governantes – tanto os nossos prefeitos como governador e o Presidente da República – eles saibam que têm que garantir orçamento para nós, porque é importante. Eu já falei várias vezes para algumas colegas minhas: “Olha, não adianta vocês passarem a responsabilidade de vocês para os homens. Essa responsabilidade é nossa”.

Somos nós que precisamos estar nos espaços de poder discutindo as nossas dores, as nossas lutas, porque compadece. Dói na gente ver uma irmã sofrendo. Como a gente pode mudar essa realidade? Fazendo um debate aqui dentro, chamando todo mundo a atenção, chamando nossas autoridades e dizendo que as coisas não estão boas. As coisas estão muito difíceis. A gente anda por esse Estado, a gente vê o sofrimento. Todo dia as pessoas pedindo ajuda.

Lá no meu Município de Ji-Paraná, a gente se deparou agora com a situação dos venezuelanos, que aqui em Porto Velho não é diferente, e aí como é que a gente faz? São questões sociais. A gente precisa se atentar a isso e ajudar os nossos irmãos. Acho que não vale a nossa passagem por

esse mundo se não for para a gente mudar a vida das pessoas, se não for para a gente ajudar os nossos irmãos. Especialmente estar hoje dentro de um espaço de poder é fazer isso. E eu tenho sentido muita angústia. Muita, muita, muita angústia. Porque, a gente não tem visto as coisas acontecerem. E a gente peleja, a gente luta, a gente grita, a gente vai daqui e vai dali, as coisas não fluem. Mas, assim, a gente tem que sempre ter muita perseverança. Resistência.

Acho que essa resistência que vocês têm tido é o que tem ajudado muitas e muitas mulheres, porque se a situação hoje não está boa, imagine se não houvesse todo esse empenho, de que forma nós estaríamos? Então, parabênizo, coloco o nosso mandato de portas abertas para ajudar naquilo que nós pudermos fazer. Eu sempre digo que o mandato é uma ferramenta de luta e que nós precisamos ter essa capacidade de abrir para a sociedade, fazer as proposições para que a gente possa realmente ter leis. Mas, na verdade, a gente sabe que leis a gente tem muitas. O que a gente precisa é que sejam efetivadas, que as coisas aconteçam na prática; que a gente não passe por tantas humilhações na hora que a gente precisa do Estado, na hora que a gente precisa dos nossos direitos, que estão na Constituição estadual e federal.

Então, eu quero agora compartilhar a fala com a Rosimar para que ela possa expor de uma forma bem objetiva e clara. Ela que está nessa grande missão acompanhando a Rede Lilás. Que ela possa fazer a fala dela. E, assim, mais uma vez lhe parabenizar pelo trabalho, a todas as organizações sociais e públicas que compõem essa Rede Lilás. Que vocês continuem firmes fazendo esse trabalho, ajudando mulheres. E não são poucas mulheres que têm sofrido isso.

Antes de passar a palavra, compartilhar rapidamente. Ainda na minha vereança, lá em Ji-Paraná, a gente presenciou

algumas cenas muito terríveis de mulheres que foram mortas de uma forma muito cruel. E infelizmente a gente continua vendo isso. Infelizmente a gente continua vendo. E isso dói muito no coração da gente, dói muito a alma da gente. E o que nós podemos fazer nessa construção, de cada dia colocar um tijolinho para que a gente possa amenizar tudo isso. Espero que a gente possa ter essa unidade e fazer um mundo melhor para todos.

Então, Rosimar, compartilho com você, que você possa fazer essa apresentação. Que vocês recebam também com muito carinho essa homenagem nossa. Como que eu poderia dizer? A gente comemorar esse 21 dias de ativismo é a gente ter ações concretas para que as pessoas possam entender essa luta que as mulheres têm feito. Mulheres que estão nos seus espaços importantes de trabalho, de formação, que têm suas conquistas, mas que não estão preocupadas somente com elas. Estão preocupadas com a sociedade, onde outras mulheres precisam ser empoderadas, outras mulheres precisam ter voz, serem ouvidas, de estarem juntas com a gente nessa caminhada. Mais uma vez, os meus parabéns.

Fique à vontade.

A SRA. ROSIMAR FRANCELINO MACIEL - Obrigada, deputada. Boa tarde, boa tarde a todos, todas, todes. Eu sou Rosimar Francelino, sou advogada, auditora de controle externo, trabalho no Tribunal de Contas, estou com um vestido azul, meu cabelo crespo um pouco alourado, porque eu pinteí. Tenho 50 anos, de pele parda. E estou aqui, de fato, deputada, não é uma comemoração.

Esse 25 de novembro, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Violência Contra a Mulher, surgiu por causa da morte de três irmãs que queriam ocupar espaço político, que

estavam reivindicando seus direitos – as irmãs Maribal. E sabemos que esse termo “feminicídio” também vem da cidade de Juárez, no México, uma cidade altamente violenta, onde todas as mortes de mulheres, são classificadas como feminicídio. Aqui – e esse termo cunhado lá, por Marcela Lagarde, vem para o Brasil –, já consta na nossa lei desde 2015.

Nós, aqui em Rondônia, conseguimos computar esse dado a partir de 2018 – não é, Doutor Álvaro? Porque havia uma dificuldade muito grande em se falar a palavra feminicídio, em classificar o crime como feminicídio. E eu lembro bem do Doutor Álvaro brigando por isso: “A palavra feminicídio tem que ser colocada, a classificação tem que ser realizada”.

Então, nós temos um débito com essas mulheres de 2015, com a memória dessas mulheres até 2018. E nós cansamos. Há muito nós somos espectadores desses dados, de forma estática, e nós precisamos fazer um monitoramento mais crítico dessa violência, de tudo que acontece.

Preparei algumas coisas aqui para escrever, mas de repente, a gente não segue tudo, porém algumas coisas eu tenho que trazer.

Quero cumprimentar todos da Mesa; a Benedita, nossa companheira de lutas, está aí há 32 anos cobrando Delegacia da Mulher. Nesses 30 anos, já temos uma Delegacia da Mulher; já temos dois juizados; temos Coordenadoria da Mulher na Prefeitura de Porto Velho, no Tribunal de Justiça e em alguns outros órgãos.

Doutora Amanda Levy, que é a nossa Delegada Titular da DEAM (Delegacia da Mulher), hoje, é o coração da Rede Lilás – eu posso dizer –, que tem a maior demanda, é a maior porta de entrada.

A Agevisa e a Semusa (Secretaria Municipal de Saúde). A Semusa foi nossa grande parceira nesses últimos anos, nesses últimos oito anos. "Itaci, preciso dos dados da Semusa!" E a Gerência de Vigilância das Violências sempre atenta, e nos suprindo desses dados para que a gente tomasse providências para a indução de Políticas Públicas. E agora, a Agevisa, Doutor Gregório, chega trazendo dados do Estado inteiro, para que a gente possa realmente interiorizar a rede. A gente sabe que a violência em Porto Velho é alta, mas Vilhena vem logo em segundo. Às vezes, em feminicídio este ano, alguns meses, Vilhena estava na frente de Porto Velho.

Então, não há o que comemorar. É triste. O que há que comemorar, como dizia a Benedita, no sábado: pessoas tomando providências. Um bar como o "Calixto", a empreendedora, uma mulher empreendedora que aceitou que fizessem uma manifestação para os homens daquele espaço, para as pessoas que estavam naquele espaço.

O Tribunal de Justiça, como eu disse, teve um avanço no seu parque tecnológico; na criação dos juizados; nos projetos (Projeto Abraço, Projeto Semeadura), medida protetiva online. Então, é um trabalho todo da rede, muito grande.

A Assembleia Legislativa, deputada, nós temos a Vera Nascimento, que fez um levantamento de todas as leis que a Assembleia editou até hoje. Caso, também já há um projeto dentro da rede para que a gente possa verificar a efetividade dessas leis, revisitá-las. Verificar se algumas, por exemplo, aquela dos bares e restaurantes, como fiscalizar? Então, temos que pleitear uma alteração. Por que quem vai fiscalizar essa lei?

O Ministério Público, Doutor Julian, parabéns também, leve nossos agradecimentos. É um órgão da rede que sempre

está atento. Tem a Promotoria da Mulher; a Promotoria da Violência Doméstica; depois traz a Promotoria do Femicídio e o Núcleo de Atendimentos às Vítimas, em que temos neste último ano criado, pactuado - fizemos um pacto interinstitucional de compromisso para tomar providências de enfrentamento ao feminicídio.

Conselho Estadual e Seas (Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social), o Seas como o Programa Mulher Protegida; e o Conselho Estadual nessa luta pelo Fundo Estadual dos Direitos da Mulher, aí vou falar um pouco de orçamento. E também, para a construção da Casa da Mulher Brasileira, não podemos esquecer.

Também não posso esquecer do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas tem sido um grande parceiro, não só na coordenação da Rede mas também, com a análise do Orçamento Mulher, e com a criação do projeto de monitoramento do feminicídio e das análises que o antecedem.

Também, o Fórum Popular de Mulheres, com a Mara Valverde. O Fórum e a Fenale sempre atentos a todas as questões de defesa dos direitos da mulher.

E aí, infelizmente, nós passamos de uma... a Rede Lilás nasce em 2010, a partir de um pacto assinado entre órgãos do Estado e do Município de Porto velho, atentos ao enfrentamento dessa violência e à necessidade de assegurar os direitos da mulher, e já com essa transversalidade.

Várias instituições e pessoas imbuídas desse esforço comum. E de repente, nos vemos como sendo o pior Estado no Brasil em nível de risco para viverem meninas e mulheres. Uma taxa, não em números absolutos - lógico, a gente não tem tantos habitantes quanto São Paulo -, mas em taxa, na metodologia da taxa de 100 mil habitantes, dentre 100 mil habitantes, nós temos o pior nível de risco.

Isso é uma infelicidade, mas também é para abrir os nossos olhos para que tomemos providências. E vamos, e vamos tomar. Se depender de toda a rede que está aqui sentada, de todas as associações, e aqui temos... Quero cumprimentar as associações: Filhas do Boto Nunca Mais, Grupo de Intervenção Banzeiro da Amazônia, temos também o Coletivo Pró-Mulher Porto Velho, Projeto Somar, Grupo Comunidade Cidadã Livre - COMCIL, Prete Comitê presente, Movimento Negro; vários movimentos de mulheres... Se depender não só das instituições governamentais, mas também das não-governamentais, nós vamos, sim, tomar providências quanto a isso.

De 2016 – quando nós começamos a computar dados – até hoje, até agosto de 2023, foram 7.970 ocorrências de estupro. É a violência mais registrada, eu acho, depois da ameaça. Dessas, 3.924, 49,23%, são vulneráveis, estupro de vulneráveis. Ou seja, são crianças de 0 a 14 ou a pessoa que não podia tomar nenhuma providência naquele momento, não podia se defender, que naquele momento não podia se defender.

Então, mas a maioria, o dado da Semusa já nos disse que é criança. Então, nós precisamos agir. O que nós podemos fazer? Onde estão as falhas nessa rede? Por que essas crianças estão sofrendo tanta violência dentro de casa? A maioria a gente sabe que é dentro de casa. É uma violência que tem uma repercussão terrível. E as mulheres também, de seus maridos.

Então, o que nós podemos fazer? Como é que está a priorização dos equipamentos da rede de proteção no orçamento estadual? Como é que ele tem sido priorizado? Nos orçamentos municipais, como é que tem sido priorizado? Onde está o Orçamento Mulher? Aqui, no Estado de Rondônia, nós sabemos que existe o Fundo Estadual dos Direitos da Mulher, mas onde está o Orçamento Mulher? Exatamente. Orçamento Mulher, de políticas para as mulheres. Com uma taxa dessa, de pior nível

de risco, não existe justificativa para contingenciar esse orçamento, ou seja, para cortar esse orçamento. Não existe. A justificativa existe é para suprir o orçamento, para priorizar, para dizer que ele é prioritário. Onde está o Orçamento Criança e Adolescente - OCA? Não é, Anne Cleyanne? Onde está?

Não temos justificativa para não termos visualizado esse orçamento, o Orçamento Criança e Adolescente, debaixo de um guarda-chuva de várias políticas. Não, o Orçamento Criança e Adolescente tem lugar específico na Lei Orçamentária, em todos os instrumentos orçamentários: no PPA, na LOA (Lei Orçamentária Anual), na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Então em todos os instrumentos orçamentários, políticas para as mulheres, criança, adolescente, idoso, são orçamentos que devem estar individualizados.

Quais são as etapas percorridas pela mulher em situação de violência em busca de garantia e proteção dos seus direitos? Quais são essas etapas? Nós sabemos quais são? Elas estão todas articuladas para que ela não possa ter nenhuma interrupção na busca do seu direito? Podemos fazer isso, verificar quais são essas etapas, verificar ali os pontos críticos e melhorar esses pontos.

O que mais nós podemos fazer? Quais são os serviços da rede? Esses serviços são humanizados? Nós temos uma sala de atendimento humanizado. Quando Doutora Rosilei, Delegada da Mulher, criou a sala, era uma sala construída para atender as mulheres em situação de violência na Delegacia de Flagrantes e a sala foi tomada. E agora a sala de atendimento humanizado, eu acho que ela tem três por dois metros. Muito pequena. Então, o que precisamos melhorar? Nós precisamos dessa grande cooperação de todos nós.

Na sexta-feira reafirmamos, em 2022, assinamos um pacto de compromisso de enfrentamento, de criação de um observatório para monitoramento desses dados. Reafirmamos esse pacto na sexta-feira, com todos os órgãos ali presentes, principalmente, sociedade civil estava presente, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Polícia Civil, Secretaria de Segurança, Tribunal de Contas e a Agevisa. Porque a saúde, a Doutora Arlete Baldez, fui lá visitá-la e ela disse: "Essa é realmente uma epidemia." Por isso que o monitoramento desses dados fica com a gerência de epidemias e violências.

Então, é necessária essa grande cooperação, é necessário que nós trabalhemos em rede. Em rede, porque senão nós não vamos conseguir acelerar essas mudanças. Vencer a violência para termos meninas seguras, mulheres confiáveis e autônomas. Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Rosimar. Eu convido agora para fazer o uso da palavra a Senhora Mara Regina Valverde, representando o Fórum Popular de Mulheres - FPM/FENALE.

A SRA. MARA REGINA VALVERDE OLIVEIRA ARAÚJO - Boa tarde. "Nem pensem em nos matar. Quem mata uma mulher, mata a humanidade".

Eu sou Mara, sou do Fórum há algumas décadas, e estou hoje na Federação do Sindicato dos Poderes Legislativos - Câmara, Senado e Tribunal de Contas. E na Federação, a Deputada Cláudia, que também sou servidora desta Casa, trabalho na Comissão da Saúde, junto com ela, em todas as Comissões, mas as Comissões em que ela atua são "Saúde", "Agropecuária" e "Mulher, Criança e Adolescente", que vocês

precisam vir, todas as terças-feiras, o dia todo. São várias Comissões que a gente precisa vir. Por isso esse momento aqui importante dessa partilha que a gente está trabalhando – não é, Cida? Cida é parceira nossa de décadas, do comércio.

Então, todos vocês que estão aqui precisam estar aqui também para reforçar às cinco deputadas e aos outros deputados que estão aqui para saber que nós precisamos ter mais políticas públicas em todas as áreas que já foram citadas. Porque não adianta nada a gente vir aqui, a boa vontade, décadas e décadas nós estamos no meio da rua pendurando material, lenços, para fazer com que as pessoas vejam que a violência pode acontecer em qualquer família, como nós estivemos sábado no *pit stop*, no bar do Calixto.

E ontem, domingo, também vim, deputada, aqui na Assembleia, na corrida. Falei com o Presidente Marcelo. Falei da importância desse evento hoje, ele falou se poderia vir. Então, depois, amanhã, a senhora pode fazer uma fala importante deste momento para que a gente tenha orçamento.

E nós temos o "Sinal Vermelho", que a Fenale abraça, como o Ministério Público, vários órgãos, e esta Casa tem uma lei do Sinal Vermelho, como a Rosimar falou de diversas leis que a Casa aprovou, mas que a gente precisa ver como estão esses encaminhamentos, com a Sandreia, com o Conselho, com o Promotor Julian, que está aqui, que são grandes parceiros; como o Desembargador Álvaro, que tem o Tribunal de Justiça fazendo "n" ações com as parceiras que estão aqui; como a Agevisa, que foi citada; a Delegada Amanda, que sabe que a gente quer que exista uma delegacia 24 horas. Essa nossa luta não vai terminar, como a Casa da Mulher Brasileira, que o governo federal disponibilizou recursos para vir para todos os Estados, e precisamos estar unidos para que realmente isso aconteça.

Como a Benê, que está no Levante, que a Deputada Cláudia fez, está na tramitação na Comissão da Mulher, que chegou para a Deputada Ieda fazer a relatoria do Levante Feminista da lei, para que no dia 25 a gente tenha os girassóis. Que a gente faça debate em toda a sociedade, nas escolas, nas áreas de saúde, onde nós estivermos, para que as mulheres que precisam, que não estão aqui, que nós temos o acesso, mas que estão lá na periferia, que estão no Baixo Madeira, que estão em diversas comunidades, nossas mulheres negras do Vale do Guaporé, de diversos lugares do nosso Estado possam saber e fazer o sinal, e dizer que pela vida das mulheres, por mim, por nós e por outras.

O Conselho faz um trabalho importantíssimo. Que a gente reafirme todos os dias, nos 365 dias: "nem pense em me matar", como a moça ali no hino, a nossa corredora internacional, que eu convidei, deputada, e todas vocês - ela é enfermeira, advogada, guerreira, parceira, que vai estar na corrida também levando essa luta do Levante para que a gente possa reduzir essa violência que acontece no nosso país, na nossa Amazônia, no nosso município de Porto Velho.

Então, gratidão. Hoje é um momento de reconhecer, como foi falado, deputada. Mas, é o momento de a gente também querer orçamento, nós queremos muito mais. É isso que eu quero dizer neste momento, porque, se eu for falar, são muitas emoções.

Gratidão. "Nem pensem em nos matar."

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mara, obrigada pelas suas palavras. Eu quero registrar a contribuição que a Mara nos tem dado aqui nesta Assembleia Legislativa. Ela é muito atuante. Ela tem sido uma porta-voz da luta das

mulheres, tem trazido várias demandas importantes não só para mim, como deputada, mas às demais colegas também que são deputadas aqui nesta Casa. Então, ela tem sido muito importante.

Eu quero te agradecer publicamente por toda a contribuição, pelas reivindicações. Ela é muito incisiva. Ela está sempre no pé trazendo recado, trazendo as propostas, e isso é muito importante, nos ajuda muito.

E também queria registrar aqui toda a contribuição e fazer um agradecimento à Vera, que também é uma ativista, é uma pessoa que contribui muito, que hoje também é assessora do Deputado Ismael Crispin, que também é um deputado que também tem trabalhado muito as pautas voltadas às mulheres, especialmente no combate à violência às mulheres.

Eu quero agora convidar para fazer uso da palavra a senhora Benedita Nascimento, representando neste ato o grupo Levante Feminista contra o Femicídio e o Fórum Popular de Mulheres.

A SRA. BENEDITA NASCIMENTO - Boa tarde a todas, a todos e a todes. Em nome da nossa parceira ali, a Joaninha, que está retomando, quero saudar todas as parceiras e companheiros que estão aqui. Lembro da Deputada Cláudia de Jesus, saudar nossas companheiras e companheiros aqui da Mesa.

Acho que hoje a gente precisa disso. A gente precisa de reconhecimento. A gente precisa reconhecer que a Rede Lilás tem sido um instrumento, tem sido uma ferramenta que tem unido esforços para caminhar em defesa dos direitos humanos de mulheres e meninas. Então, isso é muito importante.

Claro que a gente precisa de muito mais. Talvez se a gente tivesse uma Rede Lilás em cada município, a gente então teria mais sucesso em fazer a defesa das mulheres. Mais do que isso, em, de fato, não permitir que o feminicídio chegue e destrua sua vida e seus corpos.

Então, nós precisamos criar instrumentos aqui nesta Casa, mas precisamos fiscalizar. Esse negócio de deputado e deputada criar lei e jogar para a sociedade, achando que vai ter alguma interferência na sociedade sem que tenha uma fiscalização, não vai. Isso é fato. A Vera está fazendo esse levantamento desses Projetos de Leis, na verdade, de leis, que na sua maioria não foram regulamentadas, então não servem de nada. Essa é a verdade. Não servem de nada para nós.

Por outro lado, a sociedade também não consegue chegar, não consegue se aproximar desses instrumentos que são tão importantes. Se não está regulamentada é porque nós não cobramos. É porque nós, infelizmente, temos as nossas fragilidades. Fragilidades essas que impõe para nós essa situação. O Governo do Estado não dialoga com os movimentos sociais, não vem para a mesa discutir com a gente as perspectivas de construir estratégias para ter uma delegacia 24 horas. Nós viemos aqui nesta Casa, batemos de porta em porta junto aos deputados para dizer "a gente quer que vocês falem para o governador que a gente não quer brigar com ele, não. A gente tem uma proposta legal para que possamos instituir, implementar a delegacia 24 horas para as mulheres." E não tivemos resposta, gente.

Então, assim, nós vamos continuar nessa trajetória, mas eu vou dizer uma coisa a vocês. Nós precisamos ter jovens lideranças para continuar essa trajetória, nós precisamos eleger jovens e mulheres para as Casas de Leis, porque senão nós vamos ficar e vamos continuar invisíveis nesse processo, nesse processo histórico. Nós precisamos garantir que os

Conselhos – todos eles –, tenham vida própria, tenham autonomia, não fiquem dependendo de nenhum Poder Executivo.

Por que, como o Conselho vai fiscalizar as leis que são criadas aqui se ele não tem autonomia, não tem nem carro, nem combustível para se locomover daqui para o Ministério Público? Então, fica difícil. Como a gente vai, de fato, fazer o monitoramento? Onde está o estrangulamento? Como a Rede Lilás vai ver onde está o nó, o ponto de estrangulamento da rede de serviço de enfrentamento, Doutor Álvaro? Como? Nós não vamos. Nós não vamos fazer. Sabe por que, gente? Porque nós não temos esse serviço de troca, de troca institucionalizada, interinstitucional. Para a gente receber um dado é uma luta. Está aqui a Rosimar que não me deixa mentir. Cada um trabalhando no seu cantinho, no seu isolado, abraçado com o seu material. Entende? Então, fica muito difícil de trabalhar.

Então, eu espero que a gente consiga sair daqui, deputada, e eu vou fazer duas propostas, porque toda vez que eu venho aqui nesta Casa eu vou insistir nisso. Fazer duas propostas: uma é que a gente consiga fazer a discussão do orçamento, mas tirando ele da caixa preta.

A SRA. ROSA NEGRA FERREIRA – A caixa não é preta. **(fora do microfone)**

A SRA. BENEDITA NASCIMENTO – Não é preta. Desculpa. Valeu Rosa, valeu. Ela é alguma coisa, ela é fechada, mas não é preta. Está certo.

Que a gente possa tirar o orçamento da caixinha e colocar nos bairros, nas comunidades, lá na Rede Lilás para

que a gente possa fazer discutir o que a gente quer fazer com esse orçamento. Prioritariamente tem que ser feito isso.

Segunda coisa, que as leis sejam regulamentadas. Principalmente aquelas que foram destinadas às mulheres. Que elas sejam regulamentadas por esta Casa. Que o governador possa homologar e que a sociedade tenha acesso e conhecimento. E o acesso e conhecimento a esta lei só se a gente conseguir fazer a divulgação na televisão, no horário nobre da Rede Globo que é onde o povo assiste. Não adianta colocar em outro local que o povo não assiste. Ou no "zap" que todo mundo vê.

Por fim, eu quero dizer o seguinte para vocês. Todo final de ano quando a Casa de Leis aqui, esta Casa de Leis dá um cheque bem grande, de não sei quando milhões que sobrou, eu vou fazer uma proposta. Pega esses milhões, coloca na mão do Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher, do Conselho Estadual, coloca esses milhões. Chama a Sandreia aqui que está aqui, ela é assessora da Deputada Ieda, chama ela, é Presidente do Conselho, chama ela e nos chama, deem esse recurso para nós que nós vamos saber o que fazer com ele. A gente sabe como fazer só nos falta ter, como diz a Mara, o "qué" não mão.

Muito obrigada. Parabéns à Rede, parabéns às instituições. "Nem pensem em me matar." Quem mata uma mulher, mata a humanidade. Parabéns Deputada Cláudia pelo seu esforço, pelo seu mandato. Contem com a gente sempre nesta caminhada. Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Benedita, pelas suas palavras. Nos traz uma grande reflexão. Ela fez apontamentos que valem muito a pena a gente refletir bastante. Mas, ir para a luta. Realmente é luta para que a

gente de fato tenha efetivação de tudo o que a gente fala, de tudo que a gente luta.

Eu quero convidar para fazer uso da palavra, a Amanda Levy, Delegada Titular da Delegacia Especializada da Mulher.

A SRA. AMANDA FERREIRA LEVY - Boa tarde a todos os presentes, em nome da Deputada Cláudia de Jesus.

É triste, não é, existir toda essa conjuntura quando ainda nas ordens filipinas era autorizado o feminicídio. A prática pelo marido. E ainda hoje podemos expressar, constatar que a cada seis horas uma mulher é morta. E é triste a gente constatar a permanência do feminicídio, uma situação que além de ser inadmissível, é mais triste perceber que ela não choca a todas as pessoas como deveria.

É inadmissível, é chocante e é essa ausência de aceitação, é essa indignação, é essa vontade de fazer com que não se perpetue o feminicídio que faz com que todas as pessoas que compõem a rede - que estão aqui presentes, e que representam as ausentes também - permaneçam firmes nas suas caminhadas.

Sabemos o quanto ainda devemos percorrer para mudar esse cenário de forma definitiva, não é? Como o Movimento coloca, a frase: "Nem pense em me matar". Por que as pessoas não se chocam quando um homem profere, sai da boca dele palavras contra a própria esposa, mãe dos seus filhos, que ele vai matá-la. Ele pode ser preso, mas ele vai sair vai matar. E essa mulher, efetivamente, tem medo de morrer, tem medo de deixar seus filhos órfãos. Tem medo de que próprios filhos presenciem o pai matar a mãe. E isso é tão amplamente falado! E a gente encontra, infelizmente, quem queira rechaçar esses dados de primeiro e segundo colocados no

Estado em número de feminicídios, mas os fatos mostram a gravidade em que o nosso Estado se encontra.

Não é apenas a falência de instituições. Não é. Porque nós estamos aqui instituições, agindo como rede há muitos anos, com passos largos. O nosso Estado é o único Estado em que a mulher que aciona a Polícia Militar *in loco*, ela tem sim, formulado um requerimento de medida protetiva, muitas vezes, até em menos de meia-hora, graças a um projeto do Desembargador Álvaro, que coloca o nosso Estado à frente na celeridade e na emergência, em que essa mulher que reporta, que pede socorro à Polícia Civil, à Polícia Militar, ela é respaldada.

Ainda assim, com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, com a Polícia Civil e com a Polícia Militar agindo tão fortemente para o atendimento dessas vítimas, – porque quando nós somos procurados nós somos procurados além, além e antes do pedido de justiça, mas para um pedido de socorro – e nós que fazemos parte dessa rede, nós temos muito mais do que o dever institucional de fazer o atendimento dessa vítima. Nós temos o dever como pessoas, como seres humanos que temos a exata noção do que é o respeito à vida, do que é o respeito ao exercício da liberdade de todas as pessoas, independentemente do gênero, nós temos o dever de inserir essa mulher e essa família na rede de proteção que também existe no nosso município.

Na Casa Abrigo realizamos a inspeção recentemente, naquele dia ela estava desocupada de vítimas, mas ela tem espaço, ela recebe as vítimas do município, ela recebe as vítimas do interior, ela recebe vítimas de fora do Estado, inclusive venezuelanas também.

Então, esse momento que é o reconhecimento da grande valia da ação das instituições e da sociedade civil em rede,

é também um momento de reflexão. Reflexão que todos esses dados, ainda que nós ocupássemos o último lugar em número de feminicídios, nós devemos ter a igual preocupação. Porque nenhuma vítima, nenhuma vida deve ser perdida para um crime que nunca deveria ser imaginado. Nenhum homem deveria imaginar matar sua própria mulher. Nenhum homem deveria imaginar ficar com raiva, com ódio.

Infelizmente, sem polarizações, é importante colocar que, ao se analisar os dados, porque nós não temos realmente todos os dados de forma fidedigna, mas os dados que são analisados por amostragem, dos formulários de risco, os nossos formulários todos apontaram para o risco extremo. Isso é muito preocupante.

O que está acontecendo com a nossa sociedade que faz com que a violência contra a mulher, em qualquer dos seus aspectos, seja naturalizada? Naturalizada? Muitos vão dizer: "não". Mas, por que ela não choca? Ela tem que chocar. É esse choque que faz com que nós nos movamos e muitas vezes trabalhemos muito mais além da conta do que nos é permitido, comprometendo até a própria saúde, algumas vezes, em prol da retirada da zona de risco daquela mulher que procura, sim, as instituições.

Nós podemos constatar que, certamente, o evento foi divulgado, foi difundido aqui dentro desta Casa, e nós não estamos com todos os espaços ocupados. Então, a sociedade, as instituições efetivamente estão preocupadas em agir nesse cenário, de efetivamente reconhecer a violência de gênero?

Nós sabemos que, pessoalmente, nós temos pessoas; e aqui eu coloco todas as pessoas que estão na Mesa, mas em especial o Desembargador Álvaro, que é autor de vários projetos que efetivamente salvaram a vida de mulheres, permitiram o trabalho mais célere da Polícia Militar, da

Polícia Civil, da Promotoria e também do Judiciário. Mas, no campo geral, na nossa sociedade, efetivamente, nós estamos sendo ouvidos? Efetivamente as pessoas estão chocadas?

Como pessoas que têm responsabilidade por formular leis, por destinar orçamentos conseguem dormir diante de um cenário em que se constata o ódio contra a mulher? Estamos, sim, em situação de risco.

Mais longe já estivemos de lutar pelos nossos direitos. A caminhada é longa. E aqui eu quero deixar a minha homenagem à caminhada de todos os antecessores, nas pessoas da policial aposentada Mirtes; na pessoa da policial Maria José; da policial Rosimeire. As duas que já têm tempo para se aposentar e optam por permanecer na ativa em um trabalho diário extremamente desgastante, sério, extenuante muitas vezes. E cumprimento, na pessoa da psicóloga Mary, todas as demais que vão prosseguir os passos para o futuro de fazer com que, efetivamente, consigamos subir degraus.

E assim quero deixar a minha mensagem de que efetivamente nós temos, sim, um campo fértil no sentido de, humanamente, termos pessoas conscientes do nosso dever de agir, do nosso dever de combater a desigualdade, a violência de gênero e lutar pela prevalência do respeito e pelo direito à vida. É isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Doutora Amanda, por sua grande contribuição, pelo trabalho feito.

Eu convido agora para fazer uso da palavra a Sandreia Costa, que é Presidente do Conselho Estadual de Direitos da Mulher.

A SRA. SANDREIA SILVA COSTA - Boa tarde a todas as pessoas. Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Desembargador Álvaro. Não podia ser diferente. Ele que já ajudou tanto a gente, já contribuiu tanto com essa pauta e eu acho que deve continuar contribuindo. E agradecer. São muitas histórias que a gente tem escrito juntos. E queria cumprimentar as mulheres, na pessoa da Deputada Cláudia.

E pedir uma quebra de protocolo, que eu queria aplaudir as duas conselheiras Marli e Rosa Negra, que são do nosso Conselho Estadual de Direitos da Mulher. Queria pedir um aplauso para elas. E a Benedita. E pedir licença a essas mulheres que vieram antes de nós, como bem disse a Amanda, e nos trouxeram até esse caminho que a gente está aqui. Mara também, tantas. Porque a gente se emociona. São muitas coisas a serem ditas, mas homenagear uma rede de mulheres, uma teia de mulheres e de homens que dão as mãos para combater a violência, o feminicídio, o estupro de vulneráveis, mas sobretudo a construção de nova dignidade para as mulheres deste Estado.

É lamentável a gente estar aqui, Deputada Cláudia, dizendo que nós continuamos em primeiro lugar em feminicídio. É lamentável dizer que nós estamos em sexto lugar em estupro de vulneráveis. É lamentável dizer que nós moramos no Estado que tem o primeiro lugar no país em mortalidade materna. É necessário olharmos para esse momento de homenagem a essa rede e dizer que essa rede só funciona na capital, porque as mulheres daqui deram os seus braços, deram as suas mãos - e homens - e conseguiram avançar. Mas, não é menor dizer que se nós temos no Estado uma situação de dificuldade em Porto Velho, onde nós temos uma rede funcionando, eu gostaria de reafirmar que quando nós visitamos o interior do Estado, nós vemos o tamanho do desafio que é colocado.

E dizer para vocês que, como bem disse a Deputada Cláudia, a gente olha para os maiores municípios e se preocupa. Mas, nós chegamos em municípios, Deputada Cláudia, está no dossiê que esse Conselho construiu com todas essas mãos: Rosa Negra, Marli, Laura, que não está aqui, que está hoje lá no Tribunal de Justiça com vocês, que nós vimos várias estruturas de atendimento da Rede de Enfrentamento à Violência, que está amparada pela Lei Maria da Penha, sem nenhuma condição de existir. Nós ouvimos.

Eu queria, inclusive, parabenizar os esforços dos concursados desse Estado, da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Rede de Assistência, que eles fazem um trabalho, inclusive, no interior, desumano, usando suas estruturas, colocando suas vidas em riscos para fazer atendimentos que não têm, que deveriam ser acessíveis porque eles são oriundos da lei. E dizer que é vergonhoso o Estado de Rondônia, em vez de avançar, nós só retroagimos.

Por isso, que eu faço a honra a essas mulheres que vieram antes de nós e conseguiram com duras penas e falas muito sérias, inclusive, o Ministério Público, foi o que garantiu que o nosso Conselho fosse eleito, porque senão hoje, nós não teríamos mais Conselho. Porque o que aconteceu aqui foi que o Governo do Estado de Rondônia mandou para essa Casa uma lei que mudava o perfil do Controle Social do Estado. E foi graças a essas mulheres batendo de porta em porta, não é? Eu saí do meu puerpério para vir para cá. A gente não conseguiria ter nem eleições democráticas dentro do Conselho. Nós íamos vivenciar o que está acontecendo no Conselho de Assistência Social. O Conselho, que deveria ser controle social e é indicado.

Esse momento, é um momento de muita reflexão. E a Benedita falou muito bem. O nosso orçamento só retrocedeu. Nós tivemos contingenciamento durante a pandemia, em que nós

vivemos um alto índice de assassinatos e violência doméstica. Gente, era uma coisa, não dá para gente pensar.

As crianças que saíam da escola e foram para dentro de casa para serem estupradas, crianças do nosso Estado. E o recurso do orçamento Estadual foi reduzido. Porque quando nós... porque o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente está desativado. Nós somos hoje, o sexto lugar em estupro de vulneráveis.

Então, eu estou dizendo para vocês que não é um desafio pequeno. Estar no Conselho Estadual, hoje, é um desafio que a gente tem todos os dias. É usar a estrutura do teu telefone, da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), da AMT (Ação da Mulher Trabalhista), do Sintero (Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia), da Deputada Cláudia, da Deputada Ieda agora, porque é assim que a gente faz para que o Conselho funcione. E mesmo assim, a gente tá aqui pisando firme.

Porque, eu acabei de mandar uma mensagem aqui para assessora do Conselho para perguntar como é que está o processo que nós precisamos visitar. Nós saímos, Doutor Álvaro, de seis Conselhos em 2019 para 23, graças ao nosso trabalho indo ao interior *in loco*.

Mas, como que a gente ia? A gente dormia no Sintero. A gente utilizava o recurso do Ministério via Emater, a gente dividia a carona, a gente dividia o quarto com quatro pessoas, para que a gente pudesse ir aos municípios e ver a realidade. A gente dividia a comida do Sintero, e nós conseguimos fazer isso. Então, Benedita, não é brincadeira o que nós fizemos aqui. Nós conseguimos fazer um levantamento, um dossiê da realidade, dessa estrutura de organização.

“Sandreia, como é que nós vamos resolver isso?” Como é que a gente resolve os nossos problemas de dentro de casa? Com orçamento. Nós acabamos de discutir um PPA que dizia assim, no PPA. A gente foi nas audiências do PPA discutir o que eram as políticas para a família.

Ei! Parem de achar que nós estamos vinculados a políticas assistenciais. Não é isso. Nós não estamos só falando de violência. Nós estamos falando de saúde, nós estamos falando de educação, nós estamos falando de direitos humanos.

Então, a gente precisa tirar esse viés ideológico das políticas públicas, esse viés que nos colocou em cena, em dados alarmantes.

E nós fomos ao Ministério, Rosi foi comigo, porque, quando chegou o convite para o Conselho, a gente convidou a Rede. E foi muito dito isso lá, pela própria Ministra Aparecida Gonçalves: não vai ter recurso do Ministério da Mulher para Assistência Social, porque senão acontece o que está acontecendo com o ônibus lilás - que nós conquistamos com o Estado, que está lá parado, que vai para a Rondônia Rural Show, tirar foto.

Se é um ônibus que deveria estar atendendo às mulheres da zona rural, vítimas de violência e sem pensar nas especificidades do nosso Estado ter várias situações fluviais. Nós precisávamos de um barco lilás. Nós dissemos isso lá no Ministério.

Então, deputada, o grande desafio aqui - para encerrar, porque eu sei que há muito a ser dito - é que a gente crie uma superintendência, secretaria, coordenadoria, como queiram chamar, uma secretaria estadual de política para as mulheres. Para que ela abranja toda a transversalidade das

nossas lutas. Porque não vai adiantar a gente continuar no teto da assistência social.

A assistência social tem um desafio, as políticas públicas para as mulheres não são assistência. Não são políticas de assistência. E se nós não tirarmos isso do nosso dia a dia – de olhar só de forma assistencial –, nós não vamos avançar, nós vamos continuar voltando para a roda. E sobre o orçamento, Bené, pasmem: o recurso que foi enviado é de R\$ 130 mil. O ano passado foi de R\$ 120 mil. Não dá nem para fazer a Conferência. Mas, nós já estamos discutindo com as deputadas, a Deputada Cláudia, a Deputada Ieda, outras deputadas, de que façam emenda.

Agora nós vamos receber – amanhã, eu acho – o Orçamento, e que façam emendas para que a gente coloque lá dentro. Não emendas parlamentares, emenda ao texto da LOA. Emenda ao texto da LOA que coloque a visibilidade, o recurso para as políticas para as mulheres e também para o enfrentamento à violência à criança e ao adolescente, que nós, mulheres, somos mulheres desde a infância até a vida adulta. E cada uma dessas especificidades precisa ser respeitada.

Ah é, estou esquecendo da Casa da Mulher Brasileira. Por fim, eu queria dizer – eu até conversava isso com o Doutor Álvaro hoje, nós temos uma grande conquista, que o governo federal nos deu, que é finalmente a execução da construção da Casa da Mulher Brasileira, que em 2015 esse grupo aqui – Bené, Doutor Álvaro, Doutora Tânia, que não está aqui, Everton, Rosa, um monte, o pessoal mais experiente – fez todo esse trabalho, conseguiram o terreno da Casa pela Prefeitura de Porto Velho, foi colocado à disposição do Governo do Estado. Essa é uma história que a rede já sabe de trás para frente e de frente para trás. O Governo do Estado não teve interesse de fazer execução.

A Deputada Cláudia esteve em Brasília em março. Nós estivemos em maio e junho e a gente conseguiu conquistar duas Casas da Mulher Brasileira para o Estado. Uma já está em processo de licitação, que é a Casa que vai ser aqui no terreno da Décima Avenida. Fica aqui na Avenida dos Imigrantes. A maioria esteve lá na destinação do terreno e na vinda do engenheiro para fazer toda a parte que precisa, da medição do terreno. Nós estamos aí aguardando, disseram que até o final de novembro sairia o edital de licitação.

A Casa vai ser construída, gente, pelo Ministério de Segurança Pública, o Ministério da Justiça e o Ministério da Mulher. Por conta disso, nós conseguimos reconstruir no município a Coordenadoria Municipal de Políticas das Mulheres e todo esse processo vai ser vinculado à Prefeitura de Porto Velho. E a segunda Casa – como já tinha sido pedido pela Deputada Cláudia –, que será em Ji-Paraná, que a gente está também discutindo com a Prefeitura porque o grande desafio das Casas é o terreno. Então, a deputada está tratando lá no município e, tão logo, a gente espera já anunciar, já trazer o Ministério também para fazer esse trabalho lá.

E dizer que foi uma grande conquista que nós tivemos. Uma grande conquista. Porque nós saímos do zero e conseguimos reconstruir várias... Eu até acho que nós conseguimos trazer um sol de esperança para essa Casa, para esse terreno, que nós já havíamos perdido.

Então, agradecer às deputadas que têm dado força. E dizer para vocês que sem orçamento nós não vamos para lugar nenhum. O grande desafio, Deputada Cláudia, é a gente fazer emenda ao orçamento estadual para que não... Não emenda da parlamentar – depois a gente pode até conversar sobre isso –, mas emenda ao texto, para que tenha, realmente, a garantia legal da execução desse recurso.

Muito obrigado. Parabéns, um abraço a todas e todos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sandreia, obrigada pelas suas palavras. Parabéns pelo trabalho importante que você tem feito junto com os demais que estão aqui.

E, como sugestão, acho que a sua fala sobre a questão da emenda à LOA é importante. Acho que o momento é agora. E amanhã nós temos reunião da Comissão da Mulher. Então, acho que é o momento de unir as cinco deputadas que tem nesta Casa, com os demais deputados, para que a gente possa fazer essa proposição. Eu acho que de nada vale os nossos encontros, esses momentos, se não for para a gente ter ações concretas.

Eu acho que é importante comemorar tudo que tem conseguido fazer até agora, se concretizar essa luta constante, sim, mas é importante que a gente consiga avançar mais. E a gente pode fazer isso. Eu me disponho a, junto com os demais, articular, e aí acho que você também - que está bem inteirada - nos ajudar também, como Presidente do Conselho.

E aí só para compartilhar, rapidamente, depois passar a fala, lá em Ji-Paraná a gente fez essa reivindicação, da Casa da Mulher Brasileira - a Marli esteve lá conosco no gabinete -, a gente fez o pedido, porém... A gente, às vezes, faz o pedido ao governo federal, mas a gente depende de quem é o Executivo aqui, porque há manutenção dessa casa, o terreno. Então, o nosso desejo é que todos os municípios tivessem. Porém, esse diálogo é muito além das nossas vontades, porque a gente depende às vezes, lá, de uma pessoa, que é lá o gestor, mas que não tem comprometimento às vezes

com as nossas pautas, com a nossa luta, com o que acontece na nossa sociedade.

Antes de a gente fazer um diálogo mais ampliado com o governo federal, a gente dialogou com o prefeito lá de Ji-Paraná, no qual ele sinalizou, porque eu falei: "Olha, não dá para a gente ir lá e trazer uma Casa, conseguir fazer todo o empenho para depois o prefeito falar 'não, eu não tenho terreno, eu não vou dar o terreno, não vou colocar isso para funcionar'".

Então, a gente fez um diálogo antecipado, e aí eu fiquei feliz, porque ele compreendeu. E ninguém é obrigado a entender tudo, mas ter sensibilidade quando ouve, quando entende, quando vê todo o relato, toda a situação que acontece na nossa sociedade, se comprometer, se compadecer. Então, eu fiquei alegre. Ele sinalizou positivamente, que a gente esteve lá em Brasília com a Ministra Cida (Ministério das Mulheres), fez um pedido a ela. Também a convidei para vir aqui a Rondônia, fazer um debate ampliado conosco, mulheres, com toda a sociedade de Rondônia para a gente discutir esse triste retrato de Rondônia.

E eu estou no aguardo dessa resposta. Ela disse que quer vir a Rondônia, disse que ia fazer um grande empenho para vir ainda este ano, mas fez um compromisso de que, se não vier este ano, vem o ano que vem, e aí eu acho que a gente precisa se unir para a gente fazer esse debate muito mais ampliado.

Agora, dando continuidade aos nossos trabalhos, eu quero convidar para fazer uso da palavra o Coronel Gilvander Gregório de Lima, Diretor-Geral da Agevisa.

O SR. GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA - Boa tarde a todos os presentes, na pessoa da Deputada Cláudia de Jesus e na pessoa da Delegada Luana e todos os demais presentes à Mesa.

É um assunto muito tocante. Nós vivemos... eu trabalho na Agência de Vigilância em Saúde, e a Vigilância em Saúde trabalha com dados. E os dados da Vigilância são tabulados para produzir vigilância em saúde, vigilância ambiental, epidemiológica, sanitária, saúde do trabalhador. E dentro da vigilância epidemiológica, hoje sob a gerência da Doutora Arlete Baldez, nós temos lá vários tipos de vigilância, vários tipos de núcleos, e um deles é núcleo de violência, núcleo de nascidos vivos, de violência doméstica, violência do trânsito. E é uma preocupação enorme.

Nós estamos engatinhando em algumas ações que precisam ser corroboradas não só com o Projeto Rede Lilás, mas com toda a sociedade para poder entender, como a nossa grande pontuou, a Doutora Arlete, é um momento de pandemia mesmo. Durante a pandemia, os entendidos disseram que a violência doméstica ia diminuir. Pelo contrário. Estupro de vulnerável, violência doméstica, homicídio, realmente os números foram alarmantes. Nós, tabulamos esses dados. É assustador. Sem contar as violências não registradas, as violências domésticas, as violências psicológicas, a violência no campo, quanto a mulher, trabalhadora rural, a violência da periferia, que não chega aos dados oficiais. Então, isso é vergonhoso, não é só para Estado ou Brasil, é vergonhoso para a sociedade.

Então, me somo a esses relatos, me somo às falas de que precisamos, sim, continuar fazendo, melhorar o sistema, criar novas dinâmicas e estratégias para poupar a vida dessas mulheres.

Eu fui policial por seis anos, também atendi violência doméstica, fui Comandante do Corpo de Bombeiros, trabalhei 26 anos no Corpo de Bombeiros, também atendi como resgatista de violência doméstica, e nas minhas horas de folga, um Oficial de serviço me ligava: "O senhor que é pastor? Vai na casa do sargento 'tal', do soldado 'tal', que está tendo uma ocorrência de violência doméstica lá". E eu ia na minha folga várias vezes, evitar a judicialização, com diálogo, com ajustes.

Nós salvamos 15 famílias da violência doméstica. Mas eu fui lá. Nessa semana, eu fui no quadro de óbitos, que fica na frente do quartel, do lado esquerdo tem uma muralha lá com 27 nomes, e você pontuar as fotos, de todos eles estão lá. Dali, seis ou sete foram homicídio por violência doméstica. A esposa que matou o esposo; o esposo que matou a esposa; que alguém tirou a vida dele.

Aí, ali atrás eu fiquei até emocionado. Essa semana eu tive um vídeo de um adolescente de 16 anos, que ele foi oitivado porque o pai assassinou a mãe e cometeu suicídio. Ele, com 16 anos, sendo oitivado, e o juiz perguntou para ele: "E agora?" E ele começou a chorar e disse: "Para onde que eu vou? Meu pai tirou a vida da minha mãe, e eu não tenho pai, não tenho mãe, e cadê o mundo? O mundo acabou para mim." E começou a chorar. E todo mundo sentia a emoção daquela criança de 16 anos sem pai e sem mãe.

Então, eu me somo e me preocupo, porque alguma coisa está errada, e nós precisamos ter essa visão, esse trabalho, essa estratégia, alguma coisa urgente, porque está sendo feito. Mas, é que os números estão alarmantes, estão crescendo, são crescentes.

O homem que não aceita romper, que acha que a mulher é objeto, a mulher que precisa dessa liberdade para ser o que

ela é, não é objeto. Então, há umas contradições que precisamos entender. Às vezes, nós estamos em um foco e talvez seja outro. Vamos falar de família, lá dentro, porque é lá que começa.

Então, em nome da minha esposa Valdirene, da minha filha Gabriela de 16 anos, da minha irmã Silvana Gregório, da minha irmã Suzana Gregório, da minha sobrinha Rebeca, da minha cunhada Sílvia, a minha sobrinha Steffani, minha sobrinha Stacy abaixo, mulheres que tem me abençoado. Abaixo todo e qualquer tipo de violência contra as mulheres, em todo canto deste país, em todo canto do mundo. E por essas mulheres sobreviventes, muitas vezes com lesões permanentes, amputações por essa violência desmedida, sem tamanho, desproporcional e covarde, mas, para aquelas que sobreviveram e estão lutando por vocês me levanto e tiro o meu chapéu. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada pelas palavras, Coronel Gilvander Gregório.

Eu quero convidar agora para fazer uso da palavra, o Excelentíssimo Promotor de Justiça, Julian Farago, que neste ato representa o Ministério Público do Estado de Rondônia.

O SR. JULIAN IMTHON FARAGO - Boa tarde Excelentíssima Senhora Deputada Cláudia de Jesus, autoridade por meio da qual eu cumprimento todas as autoridades e demais pessoas que estão presentes na plateia.

Nesse primeiro momento, eu gostaria de trazer a todos os agradecimentos do Doutor Héverton que é um incansável combatente, Promotor de Justiça combatente e defensor do direito das mulheres e a Doutora Tânia Garcia também,

onipresente e incansável defensora. Falo em nome deles. Queríamos muito que ela estivesse aqui, mas circunstâncias não permitiram. Mas, enfim, fiz questão de vir aqui justamente por reconhecer a grandeza desses dois colegas Promotores de Justiça.

Diante de tudo que já foi falado, explicado, alguns depoimentos que dispensariam, inclusive, a minha manifestação, para tentar acrescentar ao que já foi colocado. Expressar que, em termos de históricos, nós estamos muito atrasados no que diz respeito a defesa das mulheres e a defesa das vítimas.

Falando especificamente sobre processos judiciais, nós até então temos um Estado muito mais preocupado em punir o infrator, sem muito sucesso em muitos casos, do que em proteger as vítimas.

Recentemente, em termos históricos novamente, nós começamos a modificar essa visão, pelo menos tentar modificar essa visão, e começar a voltar os olhos para as vítimas também. Vamos olhar mais para as crianças que são vítimas, vamos olhar mais para as mulheres que são vítimas. Estamos engatinhando. Tem todo um infinito de providências a serem adotadas, porque estamos, repito, muito atrasados no que diz respeito a esse tipo de proteção, por uma situação que eu considero que precisamos mudar, que é mentalidade de toda a nossa comunidade.

Por que eu falo isso? Lá no Ministério Público existe uma lei federal que determina que no mês de março, todo mês de março, as escolas devem trabalhar com o tema "a violência doméstica". E algumas escolas da rede estadual e municipal me convidaram para ir até essas escolas conversar com os alunos. E eu comecei a fazer pesquisas mais apuradas e mais atualizadas em relação à situação da violência doméstica.

Várias coisas me chamaram a atenção, várias coisas me chocaram, mas dois pontos eu reputo os mais dignos de registros: primeiro, pessoal. Cada uma das escolas que eu fui, pelo menos, três alunas, depois das palestras me procuravam para relatar casos de violência doméstica ou consigo ou com uma amiga que eu não quero dizer quem é, relatando casos de violência doméstica e em alguns destes casos dizendo que já tinham relatado esse problema para o pai, por exemplo, porque tinham sofrido algum tipo de violência de outro parente, de um tio, do avô, do namorado da mãe e o pai tinha relevado aquela informação.

Toda informação cabível foi levada àquela menina. São meninas de 14, 15, 16 anos, é o público com quem nós trabalhamos lá na Promotoria. Mais do que isso, foram coletados dados para a gente confirmar se aquela menina tinha, depois, procurado o Ministério Público para formalizar a reclamação. E por que eu digo que a formalização da reclamação é importante? Porque tem o segundo ponto que eu reputo como merecedor de destaque.

Nas minhas pesquisas eu encontrei um dado de que das mulheres vítimas de violência doméstica, mais de 50% disseram não terem feito nada. E daí nós perguntamos: o que é não fazer nada? E não levar esse fato até a polícia? Não. Não fazer nada é não fazer nada mesmo. É nada. É não contar para uma amiga, é não contar para um pai ou uma mãe. É não contar para um colega de trabalho. Não fazer nada é não fazer nada mesmo. É internalizar aquela violência e não levar aquilo ao conhecimento de nenhuma outra pessoa. Daí finalmente chegamos ao dado de em torno de 14% das mulheres que levam esses fatos até as autoridades competentes e aquele processo vira uma ação judicial. Mas, o dado de 50% das mulheres que não fazem nada me chamou muito a atenção. E muitos desses casos é por conta que nós, enquanto sociedade ainda

naturalizamos muito a violência praticada contra a mulher. Isso está muito errado. Nós temos que trabalhar muito nesta questão da desnaturalização da violência doméstica.

A Doutora Amanda colocou uma situação com relação a homens que praticam violência contra a mulher. E é muito engraçado como muitos homens tratam as mulheres como sua propriedade, porque os homens não admitem que o patrão grite com elas, mas eles gritam com as mulheres. Os homens não admitem que os respectivos chefes pratiquem algum tipo de ato com conotação sexual, assédio sexual ou outro que o valha, mas eles praticam esses atos contra as suas filhas. E eu falo isso porque muitos casos de violência de natureza sexual acontecem dentro de casa, dentro da família com pessoas conhecidas, não necessariamente filho, mas com parentes.

Então, ainda temos uma gama considerável de homens que tem as mulheres como um objeto de sua propriedade. Então, é isso que nós devemos lutar e combater e a gente faz isso com conscientização e eventos como esse trabalham nessa questão da conscientização. Nós devemos ir até as localidades para levar essa mensagem de conscientização.

E, nesse aspecto, gostaria de publicamente agradecer a todas as entidades que participam conosco no Ministério Público do MP Itinerante, porque nós levamos essa mensagem até as comunidades que não têm acesso às autoridades que estão aqui no nosso centro cívico, por assim dizer: Assembleia, Tribunal de Justiça e Ministério Público. Temos todos parceiros: a Polícia Civil a Militar a Assembleia, Tribunal de Justiça, Agevisa, todos. Porque nós precisamos levar essa informação para todas as mulheres que possam entender que não podem admitir serem vítimas desse tipo de violência.

E ainda uma última informação também, eu não gosto de trabalhar muito com sentimento, com percepção pessoal, eu prefiro trabalhar com dados que é a maneira correta de se trabalhar. Mas, eu entendo que a partir de percepções pessoais é que a gente passa a buscar os dados e com dados completo é que a gente realiza essas ações. No Ministério Público recentemente nós fizemos uma campanha, MP Contra o Assédio Sexual, que é uma forma de violência contra a mulher. Era uma ação interna, voltada a desestimular que os homens praticassem assédio sexual dentro do Ministério Público.

E eu, particularmente, com a Doutora Andréia Damasceno, que também trabalha muito nessa questão da Ouvidoria da Mulher, e a Doutora Flávia Shimizu Mazzini, que passou muito tempo na Promotoria de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, nós ouvimos de tudo. "Ah, então, agora não pode fazer nada", piadinhas, minimizando a ação. "Ah, agora a gente não pode mais nem conversar com as mulheres." "Ah, agora não pode mais nem fazer uma brincadeira". Ouvimos de tudo.

Então, a gente vê o quanto essa matéria ainda não recebe a importância, ela ainda não é tratada com a seriedade que ela devia ser tratada. Esse foi o ponto negativo. O ponto positivo é que depois dessa ação interna várias instituições procuraram o Ministério Público para fazer ações dentro dessas outras instituições, públicas e privadas.

O que me deixou relativamente satisfeito é porque tem alguém ouvindo e tem alguém tentando mudar a situação posta, e novamente, eventos como o de hoje reforçam e levam até pessoas que precisam ouvir a questão de mulheres não normalizem a violência. Não permitam que os homens menosprezem essa violência que é praticada contra vocês, todos os dias.

Novamente, parabéns e obrigado pela oportunidade. Ah, sim, desculpa. No dia 30, uma das ações dos 21 dias de ativismo. Dia 30 de novembro, quinta-feira, às 9 horas da manhã, teremos uma palestra. O tema é: a construção do direito das mulheres. A Promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Silva Chaquiam é quem será a palestrante. As duas palestras anteriores foram excepcionais. Então, eu recomendo fortemente, que quem puder, que acompanhe essa palestra também.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada pela contribuição, Doutor Julian.

Gostaria agora de convidar para fazer o uso da palavra, o Excelentíssimo Desembargador Álvaro Kálix Ferro, Coordenador da Coordenadoria da Mulher em Situação de violência, do tribunal de Justiça/RO.

O SR. ÁLVARO KÁLIX FERRO - Obrigado. Boa tarde a todos e a todas.

Deputada Cláudia, eu gostaria de parabenizá-la pela visão nesse problema, pelo acompanhamento de perto desse problema que é a violência contra a mulher e pela inquietação. Sem dúvida é essa inquietação que nos move ao infinito, que por vezes imaginam isso é utópico. Mas, é esse pensar utópico é que nos incomoda e nos faz sair do nosso lugar natural de cada uma dessas instituições que está aqui, governamentais ou não.

Então, assim, não só inquietação, mas o amor também. Basta ouvir a fala de cada uma, aqui, para perceber o amor que cada uma dessas pessoas sente com "mudar o mundo", ainda

que seja ali em cada espaço que possuem em seu trabalho, na sua organização governamental.

A Palavra de Deus diz que "a quem honra, honra". Então, deputada, eu quero dizer que acertadamente, a senhora, homenageia aqui, e eu achei até que fôssemos ser representados pela Rosimar, que tão bem nos representa, diga-se de passagem, que é a nossa Presidenta da Rede Lilás, mas aí, resolveu-se, então, homenagear cada uma das instituições governamentais e não governamentais aqui presentes. Então, não há dúvidas de que essas pessoas são dignas de honrá-las e dessas homenagens, Vossa Excelência, aqui, produziu junto com a sua assessoria, e também com o Deputado Marcelo Cruz, Presidente da Assembleia.

Essas pessoas dentro desta inquietação e apesar de todas as dificuldades que foram ditas aqui por elas, estão dispostas a continuar trabalhando sem esmorecer. E a gente tem visto o quanto isso é difícil e a gente percebe todas as dificuldades. Veja que nós estamos há quantos anos da Lei Maria da Penha? Daqui a pouco nós estamos prestes a ver crianças que atingiram a maior idade, pós Lei Maria da Penha.

E aí, assim, nós estamos trabalhando aqui no enfrentamento à violência, sem dúvida isso é extremamente importante, mas não podemos esquecer de uma questão cultural – como disseram algumas pessoas que me antecederam – ela precisa ser trabalhada também. Nós precisamos trabalhar essas questões nas nossas escolas, nas nossas comunidades.

Às vezes, um caso como o da Ana Hickmann nos assusta, na TV. Não a quem trabalha diuturnamente com isso, porque já percebe quais são as especificidades desse problema, que é a violência contra a mulher, mas, muitas vezes, a muitas pessoas ainda causa espanto quando se vê uma pessoa que seja artista sendo vítima de violência.

Mas, justamente, porque a violência paralisa. A violência tem essas especificidades que fazem com que as mulheres, por vezes, nem notem; porque estão submetidas a ela. Aí, se nós estamos falando de Ana Hickmann, nós também precisamos falar daquelas pessoas que estão, por exemplo, distantes 400km da cidade de Porto Velho, e que continuam sendo Município de Porto Velho, mas são pessoas ribeirinhas, são pessoas do campo, da floresta. Estão distantes dos serviços públicos, estão distantes do acesso à internet de qualidade, que estão com seus gritos de socorro abafados e não são ouvidos pelo poder público, e, quiçá, até por organizações não governamentais.

Então, assim, quando foi dito – eu agradeço extremamente os elogios que eu recebi –, mas eles são frutos mais dos corações das pessoas aqui que trabalham conosco há bastante tempo, do que propriamente é merecido. Mas, é fato que quando a gente percebe que nas nossas audiências lá, o sistema de justiça percebe que as pessoas não estão chegando, estão nesses distritos distantes, a gente tem que ter uma inquietude maior, porque são mulheres que são mais vulnerabilizadas ainda pelas circunstâncias, pela distância, pelos obstáculos dessas distâncias, dos transportes, por questões financeiras.

Então, assim, nós precisamos enxergar esse todo e aí essa inquietude das pessoas que aqui me antecederam, quando dizem que a rede tem que ser ampliada para todo o interior do Estado. A rede tem se ampliar, sim. Para todo o interior do Estado, todo o interior da capital, porque nós temos uma capital do tamanho de Sergipe, não é? Do tamanho de um Estado. Em que a mulher já é vulnerabilizada, cultura e historicamente, há outras que têm maiores vulnerabilizações ainda, como essas que vivem no campo, na floresta; quilombolas, indígenas, ribeirinhas.

Então, nós precisamos trabalhar todas essas questões. Todas essas questões devem ser parte do nosso conteúdo diário de discussão e de debate, inclusive pelos órgãos governamentais e não governamentais.

Agora, tudo isso que nós falamos, por vezes, deputada, me perguntam assim, em meio as nossas idas e em meio aos debates: "Poxa vida, mas a Lei Maria da Penha tem tanto tempo e essa violência que está aqui..." – Rondônia é o Estado que mais mata mulheres, caiu um pouco agora na última pesquisa, desse lugar horrendo. E qualquer que fosse ele, como disse a Doutora Amanda, que fosse o último, continuaria sendo horrendo, porque enquanto uma mulher for vítima de violência, enquanto for vítima de feminicídio, isso é terrível.

Então, assim, a gente percebe que há muito o que fazer. Há muito o que fazer ainda, mas a questão é, para tudo isso, para essas políticas públicas, há necessidade de implementação da Lei Maria da Penha, não é? Não temos que pensar em modificar a lei, mas em bem implementar essa lei, inclusive no seu artigo 3º, artigo 8º, que diz da integração, da participação da sociedade como um todo no enfrentamento a esse problema, para garantia dos direitos humanos das mulheres, mas não tenha dúvida que o enfrentamento à violência contra a mulher depende de políticas públicas. E políticas públicas, não há dúvida alguma, que para ser implementadas não basta, não basta ter uma ideia brilhante.

Ideias brilhantes fazem diferença, sim; mas muitas vezes as ideias brilhantes precisam de verbas. Então, assim, não há como trabalharmos políticas públicas para o enfrentamento sério à violência contra a mulher, para o enfrentamento sério a essa cultura de violência contra a mulher arraigada – arraigada – sem que haja verba orçamentária para isso.

Então, é extremamente importante, deputada, extremamente importante que nós possamos sentar, enquanto rede de enfrentamento, que trabalha horizontalmente – aqui todos nós, deputada, trabalhamos de forma horizontal – na tentativa de criarmos não muros, mas criarmos pontes.

Então, a ideia nossa aqui, deputada, e nós estamos felizes por toda essa homenagem que Vossa Excelência nos permite receber nessa tarde, mas, assim, nós queremos continuar trabalhando com qualquer organismo governamental ou não governamental com essa ideia horizontal de que estamos aqui, enquanto Rede Lilás, para criar pontes para tentar mudar essa realidade que ainda aflige as nossas mulheres e as nossas meninas. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Doutor Álvaro. Só agradecer a participação, a sua fala.

E dando continuidade ao nosso trabalho, mais uma vez quero deixar muito claro que esse momento aqui é uma forma de reconhecer a luta da Rede Lilás em Porto Velho, no nosso Estado de Rondônia. A nossa gratidão por quem já passou e contribuiu tanto e por quem está fazendo a luta e pelos que virão. Eu acho que esse momento também é de a gente continuar nos fortalecendo para que outros também venham ocupar esse espaço, porque a gente sabe que se está aqui de passagem. A gente está aqui para contribuir e outros terão que dar continuidade a essa grande missão que é salvar vidas.

E convido a vocês para que desçam também para Ji-Paraná para que a gente possa fazer esse debate, levar a rede para lá. Eu acho que é uma ação muito positiva e a gente tem toda essa disposição de ajudar a fazer essa implementação, a dialogar com os demais municípios, as regionais do nosso Estado, aqui nesta Casa de Leis a gente tem tido uma luta

muito grande sobre a pauta da saúde e a gente tem trabalhado muito lógica da regionalização, das regionais.

Então, por que não a gente começar esse debate lá para os demais municípios através das regionais? Porque a gente sabe que a carência, as dificuldades que têm aqui também existem nos demais municípios e a gente precisa nos organizar para que essa atenção, esse cuidado também aconteça nos demais municípios.

Então a gratidão nossa, o reconhecimento pela luta de vocês. E que vocês continuem firmes nesse propósito de ajudar tantas mulheres que precisam, que não têm voz, que estão abafadas, precisando de um aconchego, de ajuda, de garantia de direitos.

Eu quero passar aqui para a Mestre de Cerimônias para que a gente possa dar continuidade a nossas homenagens.

A SRA. MEIRY SANTOS (Mestre de Cerimônias) - Obrigada, deputada.

Senhoras e senhores, em referência ao "Agosto Lilás", o gabinete da Deputada Cláudia de Jesus realiza essa Sessão Solene para entrega de homenagens à Rede Lilás - Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à sociedade rondoniense.

O "Agosto Lilás" é uma campanha nacional que busca chamar a atenção da sociedade para o enfrentamento à violência doméstica. A escolha do mês tem relação com a data de sanção da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que completou 16 anos no último dia 07 de agosto.

A Rede Lilás de Porto Velho foi criada em 2010, a partir da necessidade de agruparem instituições, órgãos, agentes e pessoas que trabalham de forma integrada e cooperativa, para o objetivo comum de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, sua proteção e atendimento.

Tanto os órgãos, instituições e organismos coletivos, bem como as mulheres ativistas e profissionais que compõem a Rede Lilás e que lutam em defesa dos direitos humanos de mulheres e meninas no Estado, têm assumido a missão de se esforçar visando a estruturação e o fortalecimento das ações da Rede, no processo de promover a paz nos lares e os direitos das mulheres.

Só no primeiro semestre de 2023, houve um aumento de 86% na busca por atendimentos na capital rondoniense, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Porto Velho tem um serviço de proteção social especializado no atendimento às mulheres. A Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Rede Lilás) reúne diversas instituições que trabalham de forma integrada para o enfrentamento e proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Somente no primeiro semestre de 2023, mais de 300 encaminhamentos foram feitos por parte dos órgãos que compõem a Rede Lilás, por procura espontânea e por outros órgãos assistenciais. O número representa um aumento de mais de 80% na busca pelo atendimento, em comparação com o mesmo período do ano passado.

Além de prestar o serviço de assistência às vítimas, a Rede trabalha para a estruturação e fortalecimento dos direitos das mulheres, com o objetivo de promover a reestruturação familiar.

A violência contra a mulher é uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-a em seu direito à vida, à saúde e à integridade física. Canais de denúncias estão disponíveis para que a vítima ou alguém que saiba de situação de violência, procurem ajuda.

As denúncias podem ser realizadas através dos canais:

Polícia Militar - 190

Polícia Civil - 197 ou 69 98439-0102 (WhatsApp)

Temos a Central Nacional de Atendimento à Mulher - 180 ou 61 9610-0180 (WhatsApp).

Ouvidoria Ministério Público do Estado de Rondônia - 69 99977-0180 (WhatsApp).

Esses números, após o término dessa solenidade, também estarão disponíveis a todos vocês através da Assessoria de Comunicação da Deputada, como também da Comunicação desta Casa de Leis.

Caso a vítima não tenha acesso aos meios telefônicos, as denúncias podem ser feitas presencialmente nos endereços:

Delegacia da Mulher e Família: Avenida Amazonas, 8145, Bairro Escola de Polícia.

CREAS Mulher: Rua Antônio Lourenço (Antiga Venezuela), 2360, no Bairro Embratel, atendimento das 7:30 horas da manhã até às 18 horas.

Daí a importância dessa Sessão Solene proposta pela Deputada Estadual Cláudia de Jesus, que além de homenagear a Rede Lilás de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, tem ainda como objetivo divulgar a Lei Maria da Penha e os serviços especializados de denúncia e atendimento à mulher em situação de violência.

Esta Sessão também é uma oportunidade de fortalecimento da rede , em que as atividades são realizadas pelo coletivo numa composição de ações integradas.

Neste momento, daremos início à entrega das homenagens, pedimos por gentileza, à Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus, que deixe o dispositivo e venha à frente da Mesa de Honra, para que possamos proceder à entrega das homenagens à Rede de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à sociedade rondoniense.

Convidamos, neste momento, a senhora Leia Assunção Lourenço, da Associação Filhas do Boto Nunca Mais.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos neste momento a senhora Ana Macário, do Coletivo Pró-Mulher Porto Velho.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos a senhora Anne Cleyanne Alves, Presidente do Conselho Estadual de Direitos da Criança e Adolescente - CONEDCA.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos o senhor Rogério Teles da Silva, Consultor Jurídico do Grupo Comunidade Cidadã Livre - COMCIL.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos a senhora Núbia Cristina Silva Oliveira, do Grupo de Intervenção Banzeiro da Amazônia.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos a senhora Isabela de Lima Feitosa, do Levante Feminista Contra o Femicídio.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos o senhor Bryan de Melo, Coordenador Estadual do Levante Popular de Juventude.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos a senhora Fabiane Castro Melo, do Movimento dos Atingidos por Barragens.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos a senhora Sandra Regina Nunes dos Santos, Executora do Projeto Quebrando o Silêncio.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos a senhora Helena Aparecida Riça Mourão, Conselheira Deliberativa do Sebrae, Coordenadoria Estadual de Empreendedorismo Feminino.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos a todos que foram homenageados que tragam a sua homenagem aqui na frente para tirarmos uma foto. Só destacando que ainda teremos outros homenageados após essa primeira foto.

(Momento da foto oficial)

Solicitamos, mais uma vez, que a nossa Deputada Cláudia de Jesus se faça presente à frente da nossa Mesa de Honra para darmos continuidade a entrega de Votos de Louvor às organizações da Rede Lilás.

Peço que todos possam se acomodar novamente para que a gente dê continuidade ao nosso evento.

Neste momento, convido o Senhor Coronel Gilvander Gregório, da Agência de Vigilância em Saúde - AGEVISA/RO.

(Momento de entrega da homenagem)

Convido neste momento a senhora Danusa Pacheco, Assistente Social do Centro de Referência Especializado da Assistência Social no Atendimento às Mulheres - CREAS/Mulher Porto Velho.

(Momento de entrega da homenagem)

Peço gentilmente também que as pessoas que já foram homenageadas fiquem conosco até o fim. Já estamos praticamente finalizando. Na sequência, teremos aqui um *coffee break* para todos vocês.

Convido neste momento a senhora Lenir de Souza Costa, Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher.

(Momento de entrega da homenagem)

Convido neste momento a senhora Sandreia Silva Costa, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos neste momento a Senhora Doutora Amanda Ferreira Levy, Delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos neste momento a senhora Aline Sages, Assistente Social do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos neste momento a senhora Maria Alzenir, da Maternidade Municipal Mãe Esperança.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos neste momento o senhor Julian Imthon Farago, Vice-Presidente da Comissão da Mulher Advogada do Ministério Público do Estado de Rondônia.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos a Doutora Patrícia Oliveira de Holanda Rocha, da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB/Mulher.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos o senhor Nilson Gonçalves Vieira, Diretor Técnico da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos a senhora Iame Araújo, da Secretaria Estadual de Assistência Social - SEAS.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos neste momento, a senhora Itaci Ferreira, Coordenadora da Vigilância das Violências na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, em Porto Velho.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos a Senhora Rosimar Francelino Maciel, Coordenadora da Rede Lilás no Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO.

(Momento de entrega da homenagem)

Convidamos o Doutor Álvaro Kálix Ferro, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO.

(Momento de entrega da homenagem)

Registramos a presença da Doutora Marli Mendonça, Ouvidora da Mulher, da OAB/RO; da senhora Giordania Damasceno, assistente social da Coordenadoria da Mulher, do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e também a senhora Ana Paula Marques, assistente jurídica da Coordenadoria da Mulher, do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

(Momento de entrega da homenagem)

Neste momento eu convido todos os homenageados para que ocupem tanto a parte de baixo, como a de cima, do dispositivo, para uma foto oficial deste evento.

Homenageados e os demais que fazem parte das entidades, órgãos que hoje estão sendo homenageados.

Depois vocês podem também solicitar à Secretaria de Comunicação aqui da Casa, as filmagens e fotografias que forem registradas.

(Momento da foto oficial)

Peço, neste momento, gentilmente, que todos retornem aos seus lugares. Estamos praticamente finalizando este evento, mas ainda teremos um último momento. Então, peço, por gentileza, para que todos retornem aos seus lugares, se acomodem, ainda temos a palavra da nossa Deputada Claudia de Jesus. Em instantes, também, teremos um *coffee break* para todos vocês. Peço, mais uma vez, que retornem aos seus lugares para que possamos dar continuidade a este evento.

Deputada Cláudia de Jesus, como não tivemos a presença do representante do Fórum de Mulheres, queremos fazer justiça

a Dona Mara Valverde, que está presente; queremos fazer um registro especial. Tanto a Mara, como a Benedita.

Podemos fazer, Benedita? Com a sua presença também?

A SRA. BENEDITA NASCIMENTO - Sim. Já vou. **(fora do microfone)**.

A SRA. MEIRY SANTOS (Mestre de Cerimônias) - Finalizamos, então, a entrega com a presença dos representantes do Fórum Popular de Mulheres em Rondônia.

Passamos a palavra agora à Deputada Estadual Cláudia de Jesus, para as suas considerações finais.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Antes de fazer as considerações finais vou passar para a Rosimar, que ela quer dar uma palavrinha.

A SR. ROSIMAR FRANCELINO MACIEL - Obrigada, deputada. Quero muito agradecer, em nome de toda a Rede, que essa homenagem fortalece os nossos laços. E quero aqui aproveitar para convidar todos para a última reunião do ano da Rede Lilás. Isso fortalece muito a nossa união e o nosso compromisso. Firmamos aqui novamente um compromisso, não é? A reunião será no dia 07 de dezembro, a partir das 15 horas, no lugar que tiver paragem. O Ministério Público ficou de verificar se tem espaço, a Doutora Tânia ficou de me dar resposta. Mas, a princípio será no dia 07 de dezembro.

Então, todos estão convidados. E muito obrigada, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Bom, para finalizar esse ato importante que aconteceu aqui, eu quero mais uma vez agradecer a vocês por terem aceitado o nosso convite, permitindo que nós fizéssemos esse reconhecimento desse trabalho tão importante que acontece há mais de 13 anos e que precisa ser fortalecido.

E nesse momento o nosso intuito também é dar visibilidade por esse trabalho tão importante que é feito por vocês, por todas as reivindicações, por todas as lutas, por ações concretas, que através de vocês hoje se tornaram realidade. A nossa gratidão por tanto cuidado com as nossas irmãs. E a gente entende que a cada dia agente precisa estar muito unido nesse propósito de viver em um mundo sem violência. É uma luta de todos nós.

E quero dizer, mais uma vez, que vocês podem contar conosco, com o nosso mandato aqui na Assembleia Legislativa. A gente está aqui para somar nesse processo. Mais uma vez, parabéns. A gente às vezes quer falar tanto, mas tem hora que a gente fica sem ação. A gente se emociona porque é muito gostoso saber que a gente tem tantas pessoas comprometidas daqui, voluntariamente, tem feito essa luta há tanto tempo. Vi até as meninas brincando, "dinossauras", apontando para uma e para a outra. Mas, assim, que legal isso, esse dom, essa missão de cuidar do próximo, do amor ao próximo, isso é muito importante. Então, estou muito feliz de ter dado essa pequena contribuição de reconhecer esse trabalho importante de vocês.

Eu acho que a gente tem muito a fazer pela frente. Acho que mais importante do que essa homenagem é a gente poder realmente trabalhar as políticas públicas para as mulheres do nosso Estado. Contem conosco. Sandreia, o que a gente

falou anteriormente sobre a emenda, a Lei Orçamentária, conta com a gente, vamos articular aqui dentro da Casa para que a gente possa fazer isso.

A gente não quer que o nosso mandato sirva somente para fazer esse reconhecimento em uma homenagem, mas que ele sirva para ser uma porta para que a gente possa construir políticas públicas importantes para o nosso Estado, mas também trabalhar a questão orçamentária, porque ela é importantíssima para que isso tudo se concretize.

Obrigada. Deus abençoe todos nós que estamos aqui. E vai ser servido um *coffee break* ali para nós.

Invocando a proteção de Deus e agradecendo a presença de todos, dou por encerrada a presente Sessão Solene. E convido todos para o coquetel que será servido no Salão Nobre desta Casa.

Obrigada. Boa tarde.

(Encerra-se esta Sessão Solene às 17 horas e 22 minutos)

(Sem revisão dos oradores)